

## CORREIO DO VALE

Divulgação



Deputada destacou situação em sessão ordinária da Alerj

## Célia Jordão cobra atuação da União sobre Feam, em Angra

A deputada estadual Célia Jordão manifestou indignação com a interrupção dos atendimentos de urgência e emergência no Hospital de Praia Brava, em Angra dos Reis, e cobrou uma atuação imediata do Governo Federal, da Eletronuclear e da Fundação Eletronuclear de Assistência Médica (FEAM) para garantir a retomada dos serviços. Em sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), a parlamentar destacou a importância histórica e social da unidade para a população da região, especialmente para os moradores do Parque Mambucaba. “Com a saúde não se brinca. Eu recebi a triste informação de que o Hospital de Praia Brava foi lacrado”, disse.

### ‘Situação é inadmissível’, diz deputada

Célia Jordão classificou a situação como inadmissível e lembrou a responsabilidade da União em garantir contrapartidas à população local em razão da atividade nuclear instalada no município. “Nós não podemos aceitar isso por parte do Governo Federal, porque ele tem total responsabilidade e obrigações com relação à sua contrapartida socioambiental a Angra dos Reis e a toda a região, que depende também do atendimento”, disse.

Divulgação



Diretório de Barra Mansa vai caminhar de forma unificada

### PSD-BM foca em Paes e Cabeleireiro

O diretório municipal do PSD em Barra Mansa decidiu caminhar de forma unificada na construção da pré-candidatura de Marcelo Cabeleireiro a deputado estadual, alinhando o movimento local ao projeto estadual que tem Eduardo Paes como pré-candidato ao governo do Rio de Janeiro. A definição, fruto de conversas internas e alinhamentos, consolida o nome do pré-candidato como a principal aposta da legenda no município para a disputa por uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

### Sobre o pré-candidato à Alerj

Com trajetória iniciada na Câmara de Vereadores de Barra Mansa, Marcelo Cabeleireiro construiu sua base política a partir da atuação voltada às demandas locais com destaque para pautas ligadas à saúde, infraestrutura e gestão pública. Ao longo de seus quatro mandatos no Legislativo, ganhou visibilidade pela articulação com as comunidades e pela defesa de investimentos.

POR ANA LUIZA ROSSI

### Lançamento

O lançamento oficial da pré-candidatura de Marcelo Cabeleireiro está marcado para o próximo dia 15, às 19h, no Ilha Clube, em Barra Mansa. A expectativa é de que o evento reúna representantes de diferentes setores, marcando o início de uma agenda mais intensa de mobilização política no Estado.

### Podcast

O deputado estadual Munir Neto (SD) participou do podcast produzido pelo CREF-1 (Conselho Regional de Educação Física do Rio de Janeiro), onde foi entrevistado pela jornalista Déborah Cruz. Munir falou sobre os projetos voltados para a Educação Física, como o projeto de lei 4114 de 2024.

### Carga horária

“Nós sabemos da importância do profissional de Educação Física em todas as áreas. E não há critério definido sobre a carga horária. Hoje, a maioria das escolas tem uma aula semanal, mas o projeto de lei vai determinar que, no mínimo, o aluno tenha três aulas semanais obrigatoriamente”, apontou o deputado.

### Atividade física

Munir, que é presidente da Comissão da Criança, do Adolescente e da Pessoa Idosa da Alerj, além de integrante das comissões da Pessoa com Deficiência e de Defesa dos Direitos humanos e Cidadania, também falou da importância da atividade física para os idosos, quando conduzida por profissionais capacitados.

### Projeto de lei

“Quando você faz educação física com profissionais preparados, melhora a qualidade de vida das pessoas idosas, diminuindo a ida a farmácias e hospitais. Eu criei um projeto de lei, que espero que seja aprovado na Alerj, que insere o profissional de Educação Física no trabalho”, afirmou o parlamentar.

### Importância

A vice-presidente do CREF-1, Eloísa Vilela, destacou a importância do trabalho do deputado na Alerj em prol dos profissionais da Educação Física. “Munir abraçou a Educação Física na Assembleia Legislativa do Estado do Rio desde o nosso primeiro encontro onde levamos a pauta da nossa profissão em 2023”, disse.



Alerj aprovou mudanças na formação de condutores

# Projeto vai garantir CNH facilitada para o interior

Texto seguirá para o Governo, que pode sancionar ou vetar

Da Redação

O processo de formação de condutores poderá passar por mudanças para ampliar o acesso à primeira Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e modernizar os serviços prestados aos cidadãos no Estado do Rio de Janeiro. É o que prevê o Projeto de Lei 6.580/25, de autoria do deputado Dionísio Lins (PP), que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, nesta quinta-feira (11), em discussão única. O texto seguirá para o Governo do Estado, que terá prazo de até 15 dias úteis para sancionar ou vetar a proposta.

A norma autoriza os Centros de Formação de Condutores (CFCs) — as autoescolas — a se tornarem pontos descentralizados de apoio operacional para a abertura do formulário de Registro Nacional de Condutores Habilitados (Renach) e da coleta de dados biométricos, reduzindo a necessidade de deslocamentos dos candidatos. Para descentralizar parte dos serviços prestados pelo Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran-RJ), os centros devem respeitar as normas do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

No entanto, os procedimentos permanecerão vinculados ao órgão de trânsito competente devendo ser operacionalizados nas dependências dos CFCs

credenciados, desde que previamente autorizados, fiscalizados e integrados aos sistemas oficiais de trânsito pelos órgãos do Poder Executivo. Segundo o texto, a mudança é limitada à prática de atividade instrumental, auxiliar e supervisionada, voltada apenas à ampliação do acesso do cidadão ao processo de habilitação.

Além disso, o projeto prevê medidas de proteção de dados dos centros de formação e dos instrutores credenciados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Para essa finalidade, o Detran deverá adotar medidas técnicas, administrativas e operacionais aptas a assegurar a integridade, a rastreabilidade e a confidencialidade do tratamento dos dados das autoescolas.

Para que o número de autoescolas seja proporcional à demanda de cada região, o Detran deverá ainda realizar estudos técnicos periódicos para avaliar a distribuição territorial das unidades, considerando também a acessibilidade, mobilidade urbana, segurança viária e atendimento adequado aos candidatos à habilitação.

O objetivo do projeto de lei é a eficiência do atendimento e preservação da segurança dos registros públicos de trânsito. Os valores cobrados pelos serviços prestados pelos CFCs poderão ser tabelados ou referenciados pelo Poder Executivo com base em critérios técnicos e regionais.